

Divulgação científica na área da saúde: a coluna do Rico Vasconcelos e suas discussões sobre HIV, AIDS e temas correlatos

Scientific diffusion in the health area: the column of Rico Vasconcelos and its discussions on HIV, AIDS and related topics

DOI:10.34119/bjhrv4n5-142

Recebimento dos originais: 05/08/2021

Aceitação para publicação: 27/09/2021

Pablo de Oliveira Lopes

Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Santo Amaro

Instituição: Universidade Federal do ABC (UFABC)/Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)/Universidade Nove de Julho

Endereço: R. Doutor Cesário Mota Júnior, Vila Buarque, São Paulo-SP

CEP: 01221-020

E-mail: lopespo33@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho, fruto de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, discute como são construídos os textos da coluna do médico e pesquisador Rico Vasconcelos, especialista em profilaxia pré-exposição para a infecção pelo HIV, e como sua produção discursiva sobre temas como HIV e AIDS chega ao público não especializado. Analisaremos quatorze artigos publicados e, para tanto, a saúde coletiva servirá de campo de análise: discutiremos se as postagens são elaboradas a partir de um modelo médico hegemônico ou se os escritos têm um viés interdisciplinar, que permite ao leitor compreender as questões relacionadas ao processo saúde-doença extrapolando os limites definidos pela medicina.

Palavras-chave: Saúde Coletiva, Processo saúde-doença, Divulgação científica.

ABSTRACT

The present work, the result of a qualitative, bibliographical and documentary research, discusses how the texts of the column of the physician and researcher Rico Vasconcelos, a specialist in pre-exposure prophylaxis for HIV infection, are constructed and how their discursive production on subjects such as HIV and AIDS leads to the public non-specialized. We will analyze fourteen published articles and, therefore, collective health will serve as a field of analysis: we will discuss whether the posts are prepared based on a hegemonic medical model or whether the writings have an interdisciplinary bias, which allows the reader to understand issues related to the process health-disease going beyond the limits defined by medicine.

Keywords: Public Health, Health-disease process, Scientific diffusion.

1 INTRODUÇÃO

A divulgação científica é uma forma de comunicar e popularizar feitos da ciência, usando recursos e processos de informação científica e tecnológica para instruir o público

em geral. Frente o notório desenvolvimento dos campos científico e tecnológico, e à importância adquirida por eles na vida das pessoas, a comunicação pública da ciência ganhou força nas sociedades contemporâneas não só pela importância na formação dos cidadãos, mas também por uma necessidade da própria ciência, que precisa se fazer conhecer, segundo Vogt et al. (2006).

Tendo em vista o impacto sobre a vida dos indivíduos, questões relacionadas à saúde têm sido cada vez mais divulgadas pela mídia, ocupando espaço em revistas, jornais e programas de televisão. Para Marco Antônio de Almeida (2006), na relação entre saúde e imprensa, está uma complexa interação entre o conhecimento científico, a difusão de informações, a elaboração ideológica de valores e a legitimação social de comportamentos. Consideramos que o mesmo se aplica à relação estabelecida entre saúde e divulgação científica.

Para exemplificar essa relação, recorreremos à coluna do Rico Vasconcelos, que tem como autor o médico infectologista Ricardo de Paula Vasconcelos, importante nome da pesquisa científica na área da saúde, especialista na Profilaxia Pré-exposição de Risco (PrEP) à Infecção pelo HIV no Brasil. Vasconcelos escreve não só sobre a PrEP, mas também sobre outros assuntos ligados à temática da AIDS. A coluna está abrigada no UOL (Universo on-line), teve a primeira postagem em 23/03/2018, e contava com 164 textos até 23/07/2021. Dada a impossibilidade de analisar todos os artigos publicados na coluna, e considerando o escopo de nossa análise, que se refere às estratégias de narrativa do autor no processo de divulgação científica, avaliaremos 14 textos, que correspondem, portanto, a cerca de 8,5% do total, e representam uma amostra da diversidade de temas abordados pelo autor.

2 A DECODIFICAÇÃO DO DISCURSO ESPECIALIZADO: BLOGS E COLUNAS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Pelo que aqui se expôs até o momento, entendemos os motivos pelos quais teóricos da comunicação alegam que a difusão de informações sobre saúde para o público leigo requer que elas passem por uma espécie de decodificação do discurso especializado, com o emprego de recursos como metáforas, infográficos e ilustrações, que podem comprometer a precisão e a qualidade do conteúdo divulgado. Seria uma forma de deixar transparente o discurso, retirando, por consequência, a opacidade de certas informações. É sobre isso que disserta o professor da Universidade de São Paulo, Wilson da Costa Bueno:

O jornalista ou o divulgador, com raras exceções, não está capacitado para o processo de decodificação ou recodificação do discurso especializado e o processo de produção jornalística pode (o que acontece de maneira recorrente) privilegiar a espetacularização da notícia, buscando mais a ampliação da audiência do que a precisão ou a completude da informação. Além disso, a não ser em situações específicas, como no caso de portais ou blogs dedicados à divulgação científica, a interação entre produtores de informações e audiência não ocorre, reduzindo-se o processo a uma mera transmissão de informações. (2010, p. 4).

A decodificação do discurso especializado pode dar margem à discórdia entre fontes e jornalistas, porque eles fazem parte de culturas profissionais que encaram a ciência de maneira distinta. É uma das partes da relação conflituosa entre jornalistas e cientistas. Pesquisadores ou cientistas fazem ressalvas ao esforço de popularização da ciência que esteja baseado no sensacionalismo e são contrários a alterações textuais que comprometam suas declarações à imprensa. Talvez a isso se possa atribuir o fato de a publicação de conteúdo científico em blogs e colunas ter despertado o interesse de cientistas e pesquisadores. Nestes espaços, cientistas podem, por vontade própria, com base em seus investimentos, e usando a linguagem que acharem adequada, promover a difusão de conhecimento científico.

No Brasil, algumas iniciativas de divulgação científica estão presentes na internet, conforme pondera Cristiane de Magalhães Porto (2012): é o caso da revista eletrônica *Com Ciência*, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas, dos sites de revistas como *Ciência Hoje* e da editoria online de ciência do jornal *Folha de S. Paulo*. Sites e blogs representam a disseminação e a divulgação da ciência independente (autopublicação) e muitos apostam nessa categoria como forma de se alcançar uma ciência cada vez mais aberta, participativa e inclusiva.

Segundo Mauro César Silveira e Rafaela Sandrini (2014), a palavra *weblog* foi usada pela primeira vez, em 1997, por Jorn Barger, e uma das primeiras apropriações do blog foi o uso pessoal, como um diário. Os autores discutem ainda diversas maneiras de se classificar um blog. Destacamos, aqui, a classificação de Raquel da Cunha Recuero (2003), definida pela autora durante pesquisa de campo: diários eletrônicos, que são atualizados com pensamentos, fatos e acontecimentos da vida pessoal de quem escreve, não tendo o objetivo de apresentar informações ou notícias; publicações eletrônicas, que se destinam à veiculação de informação; e publicações mistas, que mesclam postagens pessoais e postagens informativos.

Para Silvana Copetti Dalmaso e Luciana Pellin Mielniczuk (2012), os meios digitais têm transformado modos de leitura e escrita. As autoras abordam o conceito de hipertexto e detalham sua participação na estrutura do

processo de escrita digital, que influencia na produção de sites e blogs que divulgam informações jornalísticas. O hipertexto conecta vários textos por intermédio de links, elementos fundamentais que conferem à escrita um caráter de continuidade, além de exercerem diversas funções narrativas como de complementação e detalhamento da informação na web. Os blogs são exemplos de espaços dinâmicos que incorporam as características da linguagem digital, como os links, ampliando a rede de informação das mensagens. Ainda de acordo com as autoras, nos blogs, processos ditos multilineares, conectivos, associativos e intertextuais aparecem nas postagens que possuem links para outras páginas. A cada link que o blogueiro indica e que o internauta acessa, novas conexões são realizadas na rede hipertextual, ampliando a rede de informações e de significações do texto, possibilitando a construção de narrativas mais ricas, com mais recursos informativos. Dalmaso e Mielniczuk (2012) discorrem sobre as funções textuais dos links e abordam diversas classificações nas quais eles são inseridos. Assim, afirmam que em relação à organização dos links nas páginas, eles podem ser embutidos, quando estão no corpo do texto, ou paralelos, aqueles que circundam o texto principal.

Mielniczuk (2003) propõe uma tipologia para links em webjornais e os divide em intratextuais ou internos, que conectam conteúdos dentro do site; e os intertextuais ou externos, que realizam conexão com conteúdos externos à página acessada. A autora também classifica o link no que diz respeito aos conteúdos referenciados: link de serviços, que sinalizam para os serviços oferecidos pelo webjornal, como chats de discussão; link publicitário, que conduz a sites de empresas anunciantes, por exemplo; e link editorial, que organiza o webjornal, atuando como indicador de editorias ou integrando a narrativa dos fatos. Quando narrativo, o link pode, por exemplo, exercer a função de detalhamento, apresentando pormenores de um acontecimento ou funcionar como complemento, adicionando dados complementares sobre um fato.

A coluna do médico e pesquisador Ricardo Vasconcelos é um exemplo de publicação eletrônica, que por vezes se aproxima das publicações mistas, já que conta com certas referências pessoais. O presente trabalho discute como se constrói a narrativa dessa coluna e de que maneira sua produção discursiva leva ao público não especializado em saúde publicações sobre assuntos como infecção pelo HIV, AIDS e Profilaxia Pré-Exposição de Risco (PrEP) à infecção pelo HIV, entre outros. A saúde coletiva, enquanto área de estudo e pesquisa, servirá de campo de análise, compondo o marco teórico: averiguar-se-á se os textos da coluna são elaborados com base apenas em um modelo biomédico, conferindo visão tradicional aos temas aos quais dão destaque, ou se é

possível extrair dos escritos um viés multi ou interdisciplinar, que permita ao leitor compreender questões relacionadas ao processo saúde-doença usando parâmetros que não sejam somente os estipulados pela medicina.

Pretende-se avaliar se a ausência da figura do jornalista, um intermediário que decodifica ou traduz as informações biomédicas para o linguajar do público não especializado, resulta em alguma mudança na forma de divulgar assuntos científicos. Verificar-se-á se os textos vão além do caráter pedagógico que uma publicação médica pode assumir, investigando a existência ou não de um perfil crítico-informativo. Em tempos de negacionismo científico, a intenção é mostrar como um profissional ligado à pesquisa na área da saúde pode contribuir para a discussão de temas ligados à ciência, debatendo sobre as potencialidades advindas da produção científica.

3 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, SAÚDE COLETIVA E HISTÓRIA: LAÇOS INTERDISCIPLINARES

Segundo Márcia Borin da Cunha (2006), no Brasil, a popularização da ciência vem aumentando nos últimos anos e tem sido feita principalmente pelas revistas e jornais. Observa-se isso pelo número de publicações em jornais brasileiros, como Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo. Conforme a autora, em um período de dois anos (1996 a 1998), foram publicadas 4.636 matérias com o tema ‘ciência’, sendo que 14% (646 matérias) delas tiveram como fonte as revistas científicas e as universidades. Silveira e Sandrini (2014) ratificam que o interesse pela ciência tem crescido, ao afirmarem que ocorreu aumento no leque de produtos, canais, ações e processos destinados à divulgação de informações sobre ciência e tecnologia.

Divulgar fatos relacionados à ciência é, de certa forma, traduzir o discurso dos especialistas para o público leigo, como já foi dito aqui. Em cima de tal pressuposto, Graça Caldas (2010) questiona se o que se pretende, de verdade, é promover a formação crítica do conhecimento por meio da divulgação científica:

Apesar do discurso recente de popularização do conhecimento, o que se pretende, de fato? Promover a alfabetização científica em temas específicos, em diferentes campos do saber, conceder um “verniz ao saber”, ou possibilitar uma formação crítica do conhecimento, suas implicações e riscos, para que este conhecimento possa ser discutido, avaliado e / ou contestado? Se o objetivo da divulgação científica for a mera reprodução do saber sem interlocução crítica e analítica, como é possível educar a sociedade para que, de fato, compreenda os mecanismos da produção científica para uma escolha consciente? (2010, p. 33).

Bernardo Kucinski (2002) declara ainda que tem ocorrido uma queda significativa na qualidade do material produzido pelos jornalistas, o que ele atribui à falta de conhecimento dos profissionais. Isso explica, pelo menos em parte, a incapacidade de alguns jornalistas de levar ao público informação suficiente para que se desenvolva a consciência crítica. De acordo com o autor, o jornalismo de hoje não trabalha com o conhecimento; os jornalistas não dão valor ao que de mais importante a profissão oferece: a oportunidade de aprender, escrevendo sobre assuntos diferentes a cada matéria feita. E ele também pondera que muitas das distorções da mídia, por vezes atribuídas a mecanismos complexos, são produto da incompetência dos jornalistas.

Em tempos de fechamento de jornais, fim da publicação de revistas e fusão de redações, com jornalistas trabalhando para as versões on-line e impressa, exige-se cada vez mais dos profissionais: que produzam material para diversas plataformas e cumpram funções variadas (escrevam, editem, fotografem). Assim, o que afirmou Kucinski (2002) sobre a incompetência dos jornalistas ainda está fazendo a diferença no que tange à qualidade das matérias elaboradas por eles. Silveira e Sandrini (2014) discorrem sobre o que chamam de crise no jornalismo científico, alegando que o jornalismo científico tem passado por baixas em todo o mundo, sobretudo no Estados Unidos. As autoras declaram que seções de jornais estão sendo encerradas, profissionais estão sendo demitidos e a cobertura sobre ciência vem sendo reduzida.

Tais dificuldades impostas às redações e ao jornalismo científico têm aberto caminho para as publicações sobre ciência feitas na internet, por jornalistas e outros profissionais. E a cientistas, pesquisadores e outros integrantes da comunidade acadêmica é necessário preparo para publicar textos para o público leigo. Preparo exigido para que não ocorra mera propagação de informações sem a necessária interlocução crítica a que se referiu Caldas (2010). A construção do conhecimento baseada na formação de uma sociedade que possa, efetivamente, participar das discussões de temas científicos que interferem no dia a dia dos cidadãos e impactam suas vidas positiva ou negativamente, envolve a área da saúde. E a saúde coletiva pode contribuir de maneira decisiva nesse debate, por meio de um pensamento social em saúde, que não explique o processo saúde-doença somente sob uma visão biomédica. De acordo com Everardo Duarte Nunes (1998), historiadores da medicina e sociólogos da saúde relatam que o interesse em um pensamento social em saúde não data de um passado tão recente na história ocidental. Sua formalização, por meio da criação de cursos para produção de conhecimento, ocorre no final do século XIX e início do século XX. Entretanto, suas bases discursivas podem

ser vistas desde o século XVII. Segundo o autor, só em 1848 a expressão “medicina social” seria registrada. Ela surgiu, na França, em meio a uma luta por mudanças políticas e sociais, e defendia o monopólio médico sobre o saber e a prática médica. Aliás, esse tem sido, na visão de Gastão Wagner de Souza Campos (2000) e também na nossa, um procedimento comum na medicina – o de desautorizar e desvalorizar todo saber e toda prática sobre saúde produzidos fora de sua própria racionalidade.

Ao contrário da saúde pública, responsável pelo combate às endemias e epidemias, reconstruindo o espaço urbano com base na supremacia do sanitarismo sobre a esfera social, a saúde coletiva surgiu com espírito crítico, questionando, segundo Joel Birman (2005), o projeto médico-naturalista, estabelecido historicamente com o advento da sociedade industrial. A saúde coletiva pretende mostrar que o campo da saúde vai além da interpretação dada pela medicina, mostrando-se, por consequência, mais complexo e extenso. No Brasil, a discussão sobre a criação de uma área denominada saúde coletiva, ocorre, de acordo com Everardo Duarte Nunes (1994), em dois momentos do fim da década de 1970: em 1978, no I Encontro Nacional de Pós-graduação em Saúde Coletiva, realizado em Salvador, e, na Reunião Subregional de Saúde Pública da Organização Panamericana da Saúde/Asociación Latinoamericana de Escuelas de Salud Pública, sediada em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, e, em dezembro de 1979, quando é criada a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a ABRASCO. Tais eventos aconteceram num período em que os países da América Latina enfrentavam inflação alta, economia em recessão, desemprego e déficit fiscal. Fatores que influenciavam, negativamente, nos níveis de saúde. Era preciso, portanto, enfrentar os problemas sanitários, em um momento em que, conforme Nunes (1994), sentia-se o esgotamento de uma determinada orientação, a da saúde pública clássica.

Notadamente, há uma diferença na visão que saúde pública e saúde coletiva têm do processo saúde-doença. A segunda foi criada como uma área ou campo de pesquisa que contempla, em maior grau, a interseção de saberes. Segundo Madel Luz (2009), a crescente complexidade do campo conhecido como saúde coletiva se dá pela convivência de três paradigmas: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, construídos, em termos de saberes e práticas, ao longo de cerca de dois séculos (primeira metade do século XIX ao século XX). E acrescenta que tal complexidade é fruto da profusão de disciplinas que compõem o campo, originárias das biociências e também das ciências humanas. Recorrendo a Edgar Morin (2003), é possível aportar a essa

reflexão que a inteligência parcelada, compartimentalizada e reducionista fragmenta os problemas e torna unidimensional o que é multidimensional.

A partir desse panorama, podemos dizer que historiadores estão aptos a compreender contextual e sociologicamente as políticas e as práticas de saúde, empregando novos temas, metodologias, problemas e alternativas que modifiquem suas interpretações, conforme indicam estudiosos do campo da história e da sociologia das práticas médicas e de saúde.

A história agrega elementos das ciências humanas e sociais em saúde e o faz não apenas vasculhando e analisando o pretérito, mas voltando-se para o presente, apurando o 'agora'. Sobre isso, discorrem André Mota e Maria Cristina da Costa Marques:

[...] a chamada "história do tempo presente" tem sido, nos últimos anos, instada a ocupar esse espaço a partir de sua metodologia diante dos dilemas contemporâneos, a enfrentar o acontecimento do sofrimento humano, quer no testemunho de sujeitos que vivem situações de ruptura social como epidemias modernas, migrações forçadas, catástrofes naturais, quer para capturar a conformação de campos de conhecimento envolvendo a saúde e sua atuação na formulação de saberes e políticas, bem como na formação de profissionais. (2018, p. 15-16).

Segundo Maria Aparecida Viggiani Bicudo (2008), a interdisciplinaridade faz corresponder resultados e mescla métodos. E é considerando esse enfoque interdisciplinar, que permite a reprodução e a compreensão do conhecimento a partir do ponto de vista de profissionais de diferentes áreas de atuação, que queremos entender como são elaborados e publicados os textos da coluna do Rico Vasconcelos, que aborda temas ligados à saúde, sobretudo os relacionados a HIV, AIDS e a pessoas LGBTQIA+. As publicações alcançam limites que vão além do universo médico?

Os artigos da coluna do Rico Vasconcelos

O primeiro dos textos é o intitulado 'Ninguém é obrigado a revelar sua sorologia de HIV', de 13/12/2019, em que, no primeiro parágrafo, relata o que ocorreu durante atendimento por ele prestado em seu consultório e que, talvez, tenha sido o estopim para a elaboração do artigo:

Essa semana atendi a um paciente novo no consultório que estava bravo pois, depois de sair com um rapaz que havia conhecido num app de encontros, foi avisado por uma amiga em comum dos dois que o cara havia se infectado por HIV alguns anos atrás. O motivo da revolta era que essa informação não havia sido revelada no momento do date, mesmo que não tivessem tido relações sexuais desprotegidas. (VASCONCELOS, 2019, sem página).

Experiência pessoal entremeada de informação, discussão de conceitos e ideias são marcas dessa publicação. Rico Vasconcelos usa linguagem simples, com expressões coloquiais, que permeiam o dia a dia da sociedade e, obviamente, não fazem parte de artigos de difusão científica voltado a especialistas. Basta observar que a palavra ‘cara’ aparece na terceira linha do texto. O autor transita pelo universo das ciências humanas e sociais, aproximando-se da interdisciplinaridade, ao tratar de definições como a da ‘sorofobia’, que pode atravessar reflexões biomédicas, sociológicas, políticas...

Sorofobia foi o termo escolhido para denominar a discriminação sofrida pelas pessoas que vivem com HIV por conta desse diagnóstico. Ela se faz presente de inúmeras maneiras, tanto escancarada, como nas piadas de mau gosto ou em uma demissão sem um motivo aparente, quanto de modo mais velado, como em um simples olhar de julgamento e reprovação. (VASCONCELOS, 2019, sem página).

Mesmo antes de expor a definição de ‘sorofobia’, o médico pondera sobre a dificuldade de viver com HIV no Brasil, emitindo o que parece ser uma opinião pessoal, já que não apresenta dados científicos sobre o assunto. Quando aborda tal questão, Vasconcelos (2019) alega que a maior dificuldade não é enfrentar a doença nem mesmo seu tratamento, mas a sorofobia que existe em quase todos os ambientes da sociedade. E aproveita para colocar um hiperlink (destacando a palavra ‘sorofobia’, que aparece em azul e grifada) que conduz o leitor, se ele assim quiser, a outro artigo escrito pelo próprio Rico, em 13/04/2018. Ou seja, o leitor transita por outras publicações do autor, frequentando o mesmo ambiente virtual, sem sair do blog.

Em outro artigo, cujo título é ‘O que você está fazendo na luta contra o HIV’, de 29/11/2019, o autor aborda o Dia Mundial da Luta contra o HIV/Aids, e convida o leitor a pensar no seu papel em relação à meta de se alcançar um mundo livre da doença. O médico apresenta dados epidemiológicos sobre a enfermidade no Brasil e aborda a temática do preconceito, recorrente em seus textos. Para isso, Vasconcelos (2019) produz um texto com quatro links: as palavras são escritas em azul e grifadas. Três dos hiperlinks conduzem a publicações da própria coluna, isto é, são intratextuais ou internos; apenas um deles leva o leitor a um texto que é de outra página web e, por isso, é chamado de intertextual ou externo. Os quatro links são embutidos, já que fazem parte do corpo do texto.

No texto ‘Afinal, o uso da PrEP causa ou não aumento de outras ISTs?’, de 25.10.19, o médico tenta dirimir uma dúvida que acompanha diversas pessoas. Não há

uma entrevista, não são ouvidas fontes. Vasconcelos disserta sobre o assunto, e instrui o leitor, valendo-se de seu conhecimento e de sua experiência enquanto profissional da área da saúde. Para responder à questão que dá título ao artigo, Rico Vasconcelos fia-se em informações científicas:

Somente agora em 2019 foi publicado o primeiro artigo científico que analisou de maneira detalhada a incidência de ISTs entre usuários de PrEP, levando em conta a mudança na frequência de testagem. O Projeto Demonstrativo PrEPX, desenvolvido na Austrália, acompanhou quase 3.000 homens gays e bissexuais desde antes do início da PrEP e depois disso por cerca de 1 ano, e encontrou resultados muito interessantes. Comparando os períodos pré e pós PrEP, a conclusão do estudo é que o único aumento encontrado nas ISTs foi o de apenas 1,1 vez nos casos de clamídia. A incidência de sífilis e gonorreia permaneceu igual durante o seguimento. (2019, sem página).

O infectologista lança mão de vários hiperlinks para permitir que o público recorra a outras publicações produzidas por ele, tendo a oportunidade de consultá-las quando julgar necessário. Ao clicar, por exemplo, em ‘reações negativas na população e entre profissionais da saúde’, o leitor é levado a outro texto, de 09.11.18, que tem como título ‘O que leva uma pessoa a ser contra a PrEP?’. Nele, o autor discorre sobre as razões que levam certas pessoas a reagir negativamente ao uso da profilaxia pré-exposição, sendo contrárias a ela. No primeiro parágrafo, Vasconcelos afirma: “No meu trabalho, com prevenção e tratamento de HIV e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), percebo de maneira evidente que uma parte da população reage muito negativamente quando conhece a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PrEP)” (2018, sem página).

O médico usa a experiência pessoal como fonte de informação para iniciar o texto. Mais adiante, no terceiro parágrafo, Vasconcelos (2018) escreve que, diferentemente do que dizem os que se incomodam com a PrEP, essa estratégia não promove o aumento de outras ISTs nem faz com que o HIV se torne mais resistente.

Dessa vez, o médico recorre à ciência para sustentar o que afirma; basta atentar à última frase: “Isso tudo já foi demonstrado cientificamente” (VASCONCELOS, 2018, sem página). É como se o profissional dissesse: não há como refutar as evidências científicas, elas estão acima de suposições pessoais. E Vasconcelos (2018) não aborda apenas elementos biomédicos e técnicos em seu texto. O autor do blog fala em preconceito, estigma e representações sociais ao afirmar que a rejeição à PrEP é muito parecida a outra reação negativa, mais antiga, que se relaciona ao HIV, a chamada sorofobia.

No trecho a seguir, o infectologista menciona aspectos morais que circundam o sexo e a prevenção ao HIV:

Da mesma forma, as ISTs existem desde o princípio da humanidade, mas, somente mais recentemente passaram a ser objeto de culpa e julgamento. Não nos esqueçamos que uma IST não acontece com uma pessoa como castigo por conta de alguma coisa errada que fez. E que a única maneira de não estar vulnerável a nenhuma IST ao longo da vida é não fazendo sexo. (VASCONCELOS, 2018, sem página).

O hiperlink ‘Não promove uma explosão das outras ISTs’ leva os leitores da coluna a um texto mais antigo, de 15.06.2018, intitulado ‘Estudo mostra que com a PrEP as pessoas transam mais sem camisinha. E daí?’. Nessa publicação, Vasconcelos (2018) já lida com a polêmica questão sobre o aumento da incidência de outras infecções sexualmente transmissíveis, atribuída por alguns à PrEP. Mesmo sem dispor do estudo australiano, publicado apenas em 2019, o infectologista busca substrato científico para elaborar seus argumentos. Ele reconhece que a PrEP leva a um certo grau de desinibição do sexo sem camisinha, com aumento nas ISTs anorretais, sobretudo as causadas pela clamídia, porém analisa a informação científica como um todo, levando em conta todos os seus desdobramentos. O autor explica, por exemplo, que segundo estudo da mesma revista científica, de 2017, se os usuários de PrEP forem rastreados para clamídia e gonorreia a cada 3 meses, e tratados quando positivos – mesmo quando não apresentam sintomas – em 10 anos, a incidência dessas doenças deverá cair em cerca de 40%. E assim, ele conclui: “Por isso, até para as outras ISTs a PrEP traz benefícios, com sua rotina de rastreamento e tratamento. Mesmo que ocorra compensação de risco entre alguns”. (VASCONCELOS, 2018, sem página). Em ‘Por que devemos parar de usar o termo grupos de risco para o coronavírus’, Vasconcelos demonstra incômodo pelo uso da expressão “grupo de risco” em referência a pessoas com idade avançada e indivíduos com doenças crônicas quando o assunto é a Covid-19. E o desconforto do autor, explica ele próprio, tem relação com a comparação que ele faz com a pandemia do HIV.

E o autor acrescenta que homens gays, bissexuais, mulheres transexuais, travestis, usuários de drogas injetáveis e trabalhadores do sexo foram incluídos nos grupos de risco. O objetivo era alertar tais pessoas para o risco de se infectarem; entretanto, essa categorização lançou estigma sobre elas. No caso do SARS-Cov-2, declara Vasconcelos (2020), o uso da expressão ‘grupo de risco’ é igualmente preocupante, já que, sem a real percepção de riscos e gravidade, um indivíduo que não integra os ‘grupos de risco’ pode

acreditar que não precisa seguir as orientações de prevenção contra o vírus e acabar atuando como disseminador da doença. E acrescenta que essas pessoas podem também adoecer de forma grave. Ricardo Vasconcelos (2020) traça um paralelo entre duas doenças infecciosas, ambas causadas por vírus, e remete o leitor a uma reflexão que envolve a temática mais frequente em sua coluna: o binômio HIV/AIDS. Nesse texto, o pesquisador não usa (hiper)links. O infectologista faz questão de lembrar a história e reforçar que erros do passado devem servir de ensinamento: “Vamos valorizar o que a história nos ensinou com nossos erros e parar desde já de usar esse termo carregado de estigma e de interpretações equivocadas”. (VASCONCELOS, 2020, sem página).

Em 05/06/2020, no *post* ‘As vidas negras que vivem e morrem com HIV/Aids’, o autor da coluna também mescla assuntos, e, mais do que isso, propõe uma discussão interdisciplinar: ele associa e estabelece ligações entre HIV/AIDS e racismo. Aproveitando-se do destaque que o racismo estrutural tem ganhado mundo em todo o mundo, Vasconcelos afirma (2020) que o racismo estrutural é facilmente constatado quando são analisados os dados epidemiológicos do HIV no Brasil. O Boletim Epidemiológico de HIV/Aids do Ministério da Saúde, publicado no fim de 2019, mostra que praticamente todos os indicadores de saúde são piores entre negros.

O infectologista usa um link – ‘Boletim epidemiológico de HIV/Aids’ para levar o leitor até a página do Ministério da Saúde, onde é possível acessar os dados aos quais ele se refere:

Entre os casos notificados de infecção por HIV desde 2007 no Brasil, 40% foram entre brancos e 49% entre negros. Considerando somente as mulheres, esses números vão para 37% e 53%, respectivamente. Em relação às gestantes com HIV, a disparidade fica ainda maior. No ano de 2018, 33% das mulheres grávidas notificadas com HIV eram brancas enquanto quase 62% eram negras. (VASCONCELOS, 2020, sem página).

Vasconcelos (2020) conclui que o Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta resultados piores no enfrentamento da pandemia de HIV/AIDS na população negra. E ainda pondera que se é de conhecimento da ciência que o HIV não causa doença mais grave em negros do que em brancos e que o tratamento funciona igualmente, sem relação com a cor da pele, os números mostram que o preconceito racial explica por que negros não têm acesso à prevenção e ao tratamento do HIV como a parcela branca da população. Por fim, Rico Vasconcelos declara: “Gostaria, portanto, que fossem incluídas no debate das vidas negras que importam, as vidas negras que vivem e morrem com HIV/Aids”.

(2020, sem página). O autor encerra seu texto fazendo alusão ao Movimento ‘Black Lives Matter’, ‘Vidas Negras Importam’, surgido em 2014, segundo Taylor (2018).

Portanto, Ricardo Vasconcelos transita pela medicina, pela epidemiologia, mas não se restringe a esses campos do conhecimento para discutir o processo saúde-doença. Ele invoca questões sociais e políticas para dissertar sobre o tema que é alvo de seu artigo e, por conseguinte, não é exagero afirmar que recorre à sociologia e à filosofia para compor sua reflexão.

Em ‘Proibir a doação de sangue por homens gays é uma forma de discriminação?’, de 01/05/2020, Vasconcelos também une áreas do saber para elaborar seu artigo: elementos políticos, jurídicos, sociais e médicos se juntam e dão substrato à argumentação do médico infectologista, que questiona a exigência de 12 meses de abstinência sexual para homens gays doarem sangue. Mais uma vez, em ‘Saúde integral da população LGBT é muito mais que prevenção de ISTs’, de 26/06/2020, Vasconcelos busca na Constituição brasileira de 1988 e na criação do SUS os alicerces para elaborar sua análise acerca da saúde da população LGBT:

Junto com a Constituição de 1988, foi criado no Brasil o SUS (Sistema Único de Saúde). Na sua idealização passamos a incorporar conceitos bastante progressistas ao projeto de saúde pública brasileiro. Um dos que acho mais fascinantes é a ideia de que saúde não é simplesmente a ausência de doenças, mas algo muito mais abrangente. Determinou-se ali que saúde é o bem-estar bio-psico-social de um indivíduo. Igualmente progressistas são os princípios escolhidos para nortear o SUS. Segundo eles, o atendimento público à saúde no Brasil deve ser *universal* (para todas as pessoas), *integral* (ser capaz de atender a todas as demandas de saúde) e *equânime*. (VASCONCELOS, 2020, sem página).

E dá destaque especial ao princípio da equidade para considerar que o sistema de saúde brasileiro não oferece aos indivíduos LGBT os cuidados devidos. Vasconcelos (2020) pondera que depois de 32 anos de SUS, apesar do sucesso obtido, percebe-se que os três princípios do sistema não foram implementados de maneira homogênea. O autor chama a atenção para a população LGBT e afirma que tal parcela da população foi deixada de lado pelo poder público.

Ricardo Vasconcelos (2020) enfatiza que estigma e discriminação afastam LGBTs dos serviços de saúde. E atribui o preconceito também aos profissionais de saúde fazendo uma crítica à categoria profissional. Ele afirma que LGBTs são atendidos, frequentemente, por profissionais que não se sentem à vontade para atendê-los, o que aumenta a probabilidade dessa população adoecer. E cita um exemplo, referindo-se às

mulheres lésbicas, grupo em que a incidência de câncer de colo de útero é maior, devido ao abandono do acompanhamento ginecológico, feito de maneira inadequada por profissionais preconceituosos ou despreparados.

E Vasconcelos (2020) aborda a incidência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em LGBTs atrelando as doenças ao preconceito e às falhas no sistema de saúde. Ele escreve que a atenção à saúde recebida por LGBTs é precária.

Por meio de um dos hiperlinks do artigo – ‘ferramentas eficazes para prevenir’ –, é possível acessar o texto ‘Prevenção não é sinônimo de camisinha’, de 25/05/2018, em que Rico Vasconcelos problematiza a questão da prevenção às ISTs. Para tanto, apoia-se na história do HIV, no Brasil, e retrocede ao ano de 1996, que marcou a chegada dos antirretrovirais ao SUS. Para o autor, foi naquele ano que se entendeu que para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis é preciso combinar estratégias. Vasconcelos discute o papel do preservativo, apesar de reafirmar sua importância, apresentando dados:

De lá para cá, não deixamos em nenhum momento de recomendar o uso do preservativo e continuamos distribuindo todos os anos uma quantidade cada vez maior deles gratuitamente no nosso sistema público de saúde. Só em 2017 foram cerca de 500 milhões, entre preservativos masculinos e femininos. (2018, sem página).

A reflexão a respeito do uso da camisinha se dá com base nos diferentes perfis de pacientes, já que há os indivíduos que não aderem ao uso do preservativo, mas tomam comprimidos sem dificuldades. Para esses, existem a PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) e a PEP (Profilaxia Pós-Exposição). Rico Vasconcelos é especialista em PrEP e discute o assunto mais uma vez.

O tema ‘PrEP’ é recorrente e aparece, novamente, no texto ‘PrEP faz novos casos de HIV de SP diminuírem 25% em apenas 2 anos’. Nele, Vasconcelos (2020) aponta uma redução nunca antes vista de 25% dos novos casos de infecção pelo HIV, na capital paulista, ressaltando que a queda foi ainda mais significativa entre homens *gays*, grupo que, junto aos homens bissexuais, corresponde a 86% dos usuários de PrEP pelo SUS em São Paulo. Vasconcelos aproveita tal informação para lembrar que o acesso a esse tipo de profilaxia deve ser estendido a todos, sobretudo à parcela populacional que tem menos informação. O médico afirma que 73% dos usuários de PrEP, na maior cidade brasileira, têm ensino superior completo e apenas 38% se identificam como negros. O colunista

escreve ainda que a incidência de HIV, em 2019, foi três vezes maior entre os indivíduos que se declaram pretos. Outro assunto explorado com frequência na coluna é a sífilis. Em ‘Como anda a epidemia de sífilis no Brasil?’, Vasconcelos (2020) estabelece conexões entre a IST (Infecção Sexualmente Transmissível) e a PrEP. O autor informa que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a situação epidemiológica da sífilis, no Brasil, é semelhante à de outros países: o número de casos novos está aumentando desde a década de 1990. O pesquisador enfatiza que, ao contrário do que muitos pensam, o uso da PrEP não é a causa desse fenômeno. Vasconcelos deixa inclusive um link para outro texto dele, já citado aqui, intitulado ‘Afinal, o uso da PrEP causa ou não aumento de outras ISTs?’, no qual discute essa questão. Em artigo de 18/12/20, Ricardo Vasconcelos continua tratando de outras ISTs, abordando, portanto, não só o HIV. Nessa postagem, Vasconcelos afirma que a epidemia de gonorreia e clamídia, duas das mais frequentes ISTs em todo o mundo, só será controlada com estratégias de prevenção que vão além do uso da camisinha.

Por fim, na primeira publicação de 2021, Vasconcelos trata de um tema atual, o novo coronavírus, e de interseções entre ele e o HIV, tópico amplamente abordado em sua coluna. Tanto é assim que o título da postagem é: ‘Pessoas que vivem com HIV podem e devem tomar a vacina contra a covid 19’ (VASCONCELOS, 2021, sem página). Dessa forma, o médico mantém a característica de articular diferentes temáticas no entendimento do processo saúde-doença.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante repensar o papel da divulgação da informação na construção da cidadania. De que forma é possível difundir entre o público leigo informações sobre saúde, estimulando a construção crítica do conhecimento, e, ao mesmo tempo, encarando o processo saúde-doença como algo que extrapola os fenômenos biológicos?

A saúde é um tema de múltiplas facetas e é possível e necessário encarar o processo saúde-doença usando não somente os elementos biomédicos, mas recorrendo a aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais, diante de vários campos disciplinares. Sociólogos, cientistas políticos, historiadores, economistas e tantos outros profissionais podem contribuir para discussões acerca da saúde, na dependência da doença sobre a qual se fala.

A coluna do médico Ricardo Vasconcelos dá mostras de que é possível falar de saúde, doença, prevenção e tratamento de uma maneira ampla, interdisciplinar e, portanto,

vinculada aos princípios que dão sustentação à saúde coletiva. Os textos publicados pelo infectologista recorrem a elementos que integram o cotidiano do autor, o que se percebe, por exemplo, quando ele escreve na primeira pessoa do singular e lança mão de experiências que retira dos atendimentos a seus pacientes. Além disso, percebemos forte presença de questões que dizem respeito ao preconceito enfrentado por indivíduos LGBTQIA+, assunto de destaque, dada a importância do tema: segundo Lopes, “o estigma que recai sobre homossexuais pode manifestar-se de várias maneiras: uma delas vincula a sexualidade à transmissão de doenças. Não só a AIDS, mas também a outras enfermidades, como sífilis e gonorreia”. (2021, p. 50128). Para Antunes et al (2020), a epidemia da AIDS tornou-se um marco histórico, contribuiu para a construção das representações sociais acerca das pessoas que ficaram doentes e, cercada de aspectos morais, chegou a ser chamada de câncer gay. É frequente a preocupação de Vasconcelos com componentes sociais, políticos e econômicos que interferem no processo saúde-doença quando se fala de HIV/AIDS e pessoas LGBTQIA+.

O pesquisador reflete não só sobre remédios, laboratórios e protocolos. Ele faz reverberar pautas como a falta de preparo dos profissionais de saúde no atendimento a pessoas que vivem com HIV e decisões do Supremo Tribunal Federal acerca de temas de interesse de homossexuais, tal qual a doação de sangue. O leque de publicações da coluna é amplo e contempla análises que vão além da medicina. Entretanto, na maioria dos textos, o leitor fica restrito às reflexões propostas pelo autor; não há links externos e, portanto, não se tem acesso a informações, ponderações e análises que não sejam aquelas feitas pelo médico infectologista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. 2006. Prefácio. In: O. C. LUIZ (ed.), *Ciência e risco à saúde nos jornais diários*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Cesco, p. 11-16.

ANTUNES, R. F. et al. 2020. *Braz. J. Hea. Rev.*, v. 3, n. 2, p. 1990-1999. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/7769/6743>. Acesso em: 08/09/2021.

BICUDO, M. A. V. 2008. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. *Educ. Mat. Pesqui.*, v. 10, n. 1, p. 137-150. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/1647>. Acesso em: 21/11/2020.

BIRMAN, J. 2005. A Physis da Saúde Coletiva. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, v. 15, supl., p. 11-16. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a02.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

BUENO, W. C. 2010. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Inf. Inf.*, v. 15, n. esp, p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/6585/6761>. Acesso em: 20/08/2020.

CALDAS, G. 2010. Divulgação científica e relações de poder. *Inf. Inf.*, v. 15, n. esp, p. 31 - 42. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5583/6763>. Acesso em: 17/08/2020.

CAMPOS, G. W. S. 2000. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 219-230. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20/08/2020.

CUNHA, M. B. Concepções de ciência no jornalismo: uma análise da divulgação científica em jornais. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/Administrator/PlanetaPlutao.pdf>. Acesso em: 21/08/2020.

DALMASO, S. C.; MIELNICZUK, L. P. 2012. Hipertexto e linkagem: apontamentos sobre aspectos constituintes de uma linguagem digital. In: A. PERUZZOLO; F. MAGGIONE; L. WOTTRICH; P. PERSIGO (org.), *Práticas e discursos midiáticos: representação, sociedade e tecnologia*. 1ed. Santa Maria: FACOS, v. 1, p. 237-258. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/LII_Luciana.pdf. Acesso em: 21/08/2020.

KUCINSKI, B. 2002. Jornalismo e saúde na era neoliberal. *Saude Soc.*, v. 11, n. 1, p. 95-103. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902002000100010&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18/08/2020.

LOPES, P. O. 2021. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 5, p. 50122-50134. Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/30028/23651>. Acesso em: 06/09/2021.

LUZ, M. T. 2009. Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. *Saúde Soc.*, v.18, n.2, p.304-311.

MIELNICZUK, L. 2003. Jornalismo na web uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. Salvador, BA. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, 246 p. Disponível em: <http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Luciana-Mielniczuk.pdf>. Acesso em: 21/08/2020.

MORIN, E. 2003. A necessidade de um pensamento complexo. Representação e complexidade. Rio de Janeiro: Garamond, p. 69-77.

MOTA, A.; MARQUES, M. C. C. 2018. História do Tempo Presente, a Democracia Oligárquica e a Crise da Saúde no Brasil. In: A. MOTA; M.C. C. MARQUES (ed.), *História, Saúde Coletiva e Medicina*. São Paulo: Hucitec.

NUNES, E. D. 1994. Saúde Coletiva: História de uma Ideia e de um Conceito. *Saúde e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412901994000200002&script=sci_abstract. Acesso em: 20/08/2020.

NUNES, E. D. 1998. Saúde Coletiva: História e Paradigmas. *Interface (Botucatu)*, v. 2, n.3, p. 107-116. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32831998000200008. Acesso em: 20/08/2020.

PORTO, C. 2012. Internet e comunicação científica no Brasil: Quais impactos? Quais mudanças? Salvador: EDUFBA.

RECUERO, R. C. Weblogs, webrings e comunidades virtuais. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/webrings.pdf>. Acesso em: 20/08/2020.

SILVEIRA, M. C.; SANDRINI, R. 2014. Divulgação científica por meio de blogs: desafios e possibilidades para jornalistas e cientistas. *Intexto*, n. 31, p. 112-124. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/41728/32202>. Acesso em: 17/08/2020.

TAYLOR, K. Y. 2018. O surgimento do movimento #blacklivesmatter [vidas negras importam]. Disponível em: [revistas.pucsp.br > article > download](https://revistas.pucsp.br/article/download). Acesso em: 21/08/2020.

VOGT, C. A. et al. 2006. SAPO (Science Automatic Press Observer): construindo um barômetro da ciência e tecnologia na mídia. In: C. A. VOGT (org.), *Cultura Científica: desafios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 84-130.

VASCONCELOS, R. 2019. Afinal, o uso da PrEP causa ou não o aumento das outras ISTs? Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2019/10/25/afinal-o-uso-da-prep-causa-ou-nao-o-aumento-das-outras-ists/>. Acesso em: 20/08/2020.

VASCONCELOS, R. 2020. As vidas negras que vivem e morrem com HIV/Aids. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/06/05/as-vidas-negras-que-vivem-e-morrem-com-hivaida/>. Acesso em: 20/08/2020.

VASCONCELOS, R. 2020. Como anda a epidemia de sífilis no Brasil?. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2020/12/11/como-anda-a-epidemia-de-sifilis-no-brasil.htm>. Acesso em: 13/01/2021.

VASCONCELOS, R. 2018. Estudo mostra que com a PrEP as pessoas transam mais sem camisinha. E daí?. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2018/06/15/estudo-mostra-que-com-a-prep-as-pessoas-transam-mais-sem-camisinha-e-dai/>. Acesso em 20/08/2020.

VASCONCELOS, Rico. 2020. ISTs assintomáticas são questão central e negligenciada de saúde pública. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2020/12/18/ists-assintomaticas-sao-questao-central-e-negligenciada-de-saude-publica.htm>. Acesso em: 13/01/2021.

VASCONCELOS, R. 2019. Ninguém é obrigado a revelar sua sorologia de HIV. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2019/12/13/ninguem-e-obrigado-a-revelar-sua-sorologia-de-hiv/>. Acesso em: 20/08/2020.

VASCONCELOS, R. 2018. O que leva uma pessoa a ser contra a PrEP? Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2018/11/09/o-que-leva-uma-pessoa-a-ser-contra-a-prep/>. Acesso em: 20/08/2020.

VASCONCELOS, R. 2019. O que você está fazendo na luta contra o HIV? Disponível: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2019/11/29/o-que-voce-esta-fazendo-na-luta-contra-o-hiv/>. Acesso em: 20/08/2020.

VASCONCELOS, R. 2021. Pessoas que vivem com HIV podem e devem tomara a vacina contra covid-19. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2021/01/08/pessoas-que-vivem-com-hiv-podem-e-devem-tomar-a-vacina-contra-covid-19.htm>. Acesso em: 13/01/2021.

VASCONCELOS, R. 2020. Por que devemos para de usar o termo grupos de risco para o coronavírus. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/04/17/por-que-devemos-parar-de-usar-o-termo-grupos-de-risco-para-o-coronavirus/>. Acesso em: 20/08/2020.

VASCONCELOS, R. 2020. PrEP faz novos casos de HIV de SP diminuir 25% em apenas 2 anos. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/rico-vasconcelos/2020/12/04/prep-faz-novos-casos-de-hiv-de-sp-diminuirm-25-em-apenas-2-anos.htm>. Acesso em: 13/01/2021.

VASCONCELOS, R. 2018. Prevenção não é sinônimo de camisinha. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2018/05/25/prevencao-nao-e-sinonimo-de-camisinha/>. Acesso em: 20/08/2020.

VASCONCELOS, R. 2020. Proibir a doação de sangue por homens gays é uma forma de discriminação?. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/05/01/proibir-a-doacao-de-sangue-por-homens-gays-e-uma-forma-de-discriminacao/>. Acesso em: 20/08/ 2020.

VASCONCELOS, R. 2020. Saúde integral da população LGBT é muito mais que prevenção de ISTs. Disponível em: <https://ricovasconcelos.blogosfera.uol.com.br/2020/06/26/saude-integral-da-populacao-lgbt-e-muito-mais-que-prevencao-de-ists/>. Acesso em: 20/08/2020.